

AVALIAÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: IMPACTOS DA REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA

Jenifer Grotto De Souza¹, Irene Souza¹, Alice De Moura Vogt¹, Eduarda Rebés Muller¹, Cristiane Muller¹, Jordana Vargas Peruzzo¹, Carolina Jovasque Lewandowski¹, Morgana Pizzolatti Marins¹, Luisa Alves Lopes¹, Luiza Dalla Vecchia Torriani¹, William Cruz Da Silva²

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); ² Hospital Santa Cruz (HSC)

Contato: (51)994325502
_jenifergrotto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O óbito infantil decorre como consequência de diversos fatores. Desta forma, intervenções dirigidas à sua redução dependem de mudanças relacionadas às condições de vida da população e ações diretas sobre as políticas públicas em saúde.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi analisar a taxa de mortalidade infantil (TMI) de município do interior do Rio Grande do Sul, referência para assistência obstétrica de três outros municípios, em relação à Unidade Federativa a que pertence e ao Brasil, avaliando o impacto da regionalização de partos e nascimentos aprovada no Rio Grande do Sul no ano de 2017.

MÉTODOS

Os dados coletados foram obtidos por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde do Brasil. Foram analisadas as taxas de óbitos infantis e o número de nascidos vivos nos anos de 2008 e 2018, calculando-se as taxas de mortalidade infantil para este período.

RESULTADOS

Entre os anos de 2008 e 2018 no Brasil e Rio Grande do Sul não houve variação significativa no número de nascidos vivos. No município em análise, após o processo de regionalização de partos e nascimentos, houve aumento de 28% neste indicador. Em relação à Taxa de mortalidade Infantil, Rio Grande do Sul e Brasil passaram por declínios de 19,9% e 23,7% respectivamente. O município teve um aumento na Taxa de Mortalidade infantil de 8,48% neste mesmo período.

CONCLUSÃO

Com a Regionalização de partos e nascimentos, evidenciou-se incremento na TMI, o que pode ser associado às condições dos municípios que passaram a realizar seus partos nesta cidade, muito provavelmente não associado a piores condições de assistência no próprio município.

Referências

1. MAIA, L.T.S.; SOUZA, W.V.; MENDES, A.C.G. Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível. Cad. Saúde Pública, V. 36, N. 2, 2020.
2. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal - 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009
3. DATASUS, 2020. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.